

ADEQUAÇÃO, FORMAS E FUNÇÃO DE COISAS E NOMES NO *CRÁTILLO* DE PLATÃO

*Celso Oliveira Vireira**

* UFMG, Brasil
covieira@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo apresenta uma tentativa de compreender o estatuto dos nomes no *Crátilo* a partir da concepção ontológica que serviria como pano de fundo da discussão. Assim, assumindo a presença em algum grau da Teoria das Formas, primeiro se realiza uma esquematização da ontologia das coisas no esforço de coordenar termos caros à filosofia de Platão como essência e Forma. Após o estabelecimento do papel da essência e Forma relativo às coisas vem a tentativa de comprovar sua correspondência no que concerne aos nomes. Esta tentativa gera uma possibilidade de entender as relações entre nomes e coisas a partir de suas funções (quando estes realizam suas essências) e de sua ligação com as Formas. Isto permite determinar a função dos nomes que seria meramente de referir. Assim, em vista deste funcionamento, se justifica o invalidamento dos nomes na busca pelo conhecimento que aparece no final aporético do diálogo.

PALAVRAS-CHAVE: Crátilo; Teoria das Formas; Função dos nomes; Ontologia; Linguagem.

ADEQUACY, IDEAS AND FUNCTION OF THINGS AND NAMES ON PLATO'S *CRATYLUS*

ABSTRACT: The article aims to understand the role of names in Plato's *Cratylus* based upon the ontological theory that backgrounds the discussion. From the identification, at some level, of the theory of Ideas follows an attempt to coordinate into an ontological scheme important terms on Plato's thought as essence and Idea. After establishing the roles of Idea and essence in relation to things comes the effort to prove its correspondence when applied to names. This investigation

1. Ainda que não haja consenso sobre o propósito do *Crátilo*, fica claro desde o início que ele trata da adequação dos nomes (cf. 383a). Vale ressaltar que o termo grego *ὄνομα* é mais geral do que seu correlato 'nome' em português, estando mais próximo do que designamos por 'palavra'.

2. Luce oferece um exemplo de uma interpretação naturalista desta adequação: "For Plato it is axiomatic that the nature of the object is the truth about the object, so a name which correctly reveals the nature of its object is a true name" (Luce, J.V., 'Plato on the Truth and Falsity of Names', *Classical Quarterly* 19, 222–232 1969 p. 226). Já Bestor prefere uma interpretação convencionalista desta adequação: "Hermogenes' story also takes for granted that there is some sort of correctness to *onomata* (i.e. success in performance)" Bestor, T.W., Plato's Semantics and Plato's Cratylus, *Phronesis* 25, 306–330, 1980 p.320. O que se defenderá aqui é que, mais próximo do naturalismo, qualquer adequação dependeria sim de uma ligação natural com a Forma. Assim a 'natureza de um objeto (coisa) é sua verdade'. Porém, no caso dos nomes, contra o naturalismo, o 'sucesso da sua performance (função)' não se dá pela descrição da sua Forma pois esse seu aspecto é convencional, mas sim pela referência natural à Forma da coisa nomeada.

leads to a new possibility in understanding the relations between names and things based on their functions (when they realize their essence) and on their connection with Ideas. Such an understanding allows one to see the function of names as a simple instrument for reference. If so, there is a plausible justification for the denying of names on the search for knowledge that appears in the aporetic ending of the dialogue.

KEYWORDS: Cratylus; Theory of Ideas; Function of names; Ontology; Language.

INTRODUÇÃO

Uma introdução ao *Crátilo* de Platão começa habitualmente pela apresentação do seu tema central, a adequação dos nomes¹, em vista das duas teorias examinadas no diálogo, o naturalismo e o convencionalismo². Porém, apesar de seguir a ordem de exposição do diálogo, essa ordenação apresenta um problema. É que ao começar pelo exame do tipo de relação existente entre os nomes e as coisas tende-se a desconsiderar que o nome no *Crátilo* também é, antes de tudo, uma coisa existente. Esta desconsideração abre caminho para se entender a adequação (*ὀρθότης*)³ como um atributo exclusivo dos nomes, ou no máximo dos discursos. Esta postura ainda é reforçada por se aproximar da concepção contemporânea segundo a qual o valor de verdade é um atributo exclusivo da linguagem. Verdade e falsidade seriam então aplicáveis somente ao discurso, e verificáveis justamente pela comparação do estado em que o mundo se encontra com aquele descrito seja pelo discurso seja por sua menor unidade significante, o nome⁴. No entanto isso não parece condizente com o desenrolar do diálogo. Ao longo da discussão, a verificação da verdade ou falsidade de algo toma por critério a realização da sua natureza. Desse modo, como as coisas no mundo podem ou não realizar sua natureza, elas também são passíveis de ser consideradas falsas ou verdadeiras. Se os nomes podem ser falsos ou verdadeiros, isso se deve mais ao fato de serem coisas existentes que de servirem a descrevê-las ou representá-las. Ou seja, em acordo com o naturalismo, haveria sim uma ligação natural

entre o nome e a Forma, porém, graças a crítica convencionalista, fica provado que esta ligação não depende do valor descritivo de um nome, já que este é apenas convencional. Para considerar o problema a fundo, deve-se, então, começar por determinar o estatuto ontológico das coisas a fim de obter os pressupostos necessários para tratar dos nomes.

UMA DETERMINAÇÃO DOS PAPEIS DA ADEQUAÇÃO, FORMA E FUNÇÃO NA ONTOLOGIA DO *CRÁTILLO*

A adequação das coisas

A defesa da existência de uma essência estável das coisas parte da refutação das teorias de Protágoras⁵ e de Eutidemo⁶ cujas conclusões Sócrates resume em 386d-e:

Então, se nem todas as coisas existem igualmente para todos, ao mesmo tempo e sempre (contra Eutidemo), nem cada uma das coisas existe para cada um em particular (contra Protágoras), fica claro que as coisas existem possuindo alguma essência (*οὐσία*) estável própria a elas mesmas, não relativas a nós, nem por nós arrastadas para cima e para baixo conforme a nossa impressão, mas segundo elas mesmas, relativas a essência própria que possuem por natureza⁷.

Portanto existiria uma essência estável em relação natural com a coisa independente da sua mudança e das impressões dos homens. Uma situação na qual tudo que existe está em relação natural com sua essência estável poderia impossibilitar a existência de qualquer inadequação ou falsidade. Porém, o que a refutação de Sócrates faz é transferir a atribuição de verdade e falsidade das opiniões humanas para as coisas. Para que isso seja possível basta uma situação em que essas coisas possam ir contra sua natureza e não realizarem sua essência⁸. É justamente isso o que é descrito em 386e e exemplificado em 387a, quando Sócrates trata das ações como coisas existentes:

... as coisas seriam assim por natureza, mas as ações não seriam deste modo? Ou não são também as ações algo da classe (*εἶδος*) das coisas que existem?

3. Por 'adequação' (*ὀρθότης*: 'estar correto', 'retidão', 'justeza') entende-se uma relação natural entre a coisa e sua Forma cuja realização ou não desta Forma em cada coisa serve de critério para julgá-las verdadeiras ou falsas.

4. Esta leitura tradicional leva a crítica de que Platão erra ao atribuir valor de verdade ao conteúdo descritivo de nomes uma vez que a descrição seria um atributo apenas das sentenças. Ainda segundo esta leitura Platão teria corrigido esta falha no *Sofista*. Robinson é um exemplo quando diz que: "The first argument is that since statements have a truthvalue, their parts, including names, must have a truthvalue too. Therefore names are true or false (385BC). (...) This argument is bad; for names have no truthvalue (...) In his *Sophist* (263AB) he said that truthvalue is a character of statements and that statements divide into names and predicates (262C), and he did not say that names have a truth value." Robinson, R., A Criticism of Plato's *Cratylus*, *The Philosophical Review*, 65, 3, 324-34, 1956 p.328-329).

5. A apresentação da teoria de Protágoras acontece em 385e: "Vejam os Hermógenes, se te parece que também as coisas existentes são assim. Sua essência é particular para cada um [dos homens], assim como dizia Protágoras ao dizer a medida de todas as coisas ser o homem. Desse modo as coisas existem, para mim,

como elas parecem ser para mim, e existem, para você, como elas parecem ser para você. Ou você acredita elas mesmas possuem alguma estabilidade própria à sua essência?” E sua refutação, utilizando como exemplo o fato de existirem tanto homens bons e sensatos quanto maus e insensatos, em 386c-d: “Não podem ser verdadeiros os dizeres de Protágoras, pois, na realidade, um não seria mais sensato do que o outro, se a verdade fosse para cada um de acordo com a opinião de cada um.” O principal ponto é de afirmar uma essência estável que independe das opiniões dos homens.

6. A teoria de Eutidemo é negativamente apresentada em 386d: “Tampouco creio que te pareça (Hermógenes), conforme Eutidemo, que todas as coisas existem igualmente para todos, ao mesmo tempo e sempre. Pois se fosse assim não haveria bons e maus se a bondade e a maldade existissem igualmente para todos e sempre.” Refinando as conclusões sobre a essência estável, mostra-se que ela não pode implicar em um mundo perfeitamente estável.

7. Todas as traduções são próprias.

8. O desenvolvimento do exemplo do homem geraria a seguinte situação: um homem que realiza sua essência é bom, mas como nem todo homem realiza sua essência, existem homens maus.

Por exemplo ao começarmos a cortar alguma das coisas existentes. É preciso cortar de acordo com cada um de nós, do jeito que quisermos e com aquilo que quisermos? Ou deveríamos querer cortar cada coisa segundo a natureza do cortar e do ser cortado e com aquilo que lhe é natural, assim cortaríamos e isso também seria algo realizado por nós e o faríamos adequadamente ($\delta\rho\theta\omega\zeta$)? mas se fizéssemos contra a natureza erraríamos e não faríamos nada de útil?

Uma coisa pode, então, existir segundo a natureza, sendo assim adequada, ou contra a natureza, sendo inadequada⁹. Existem portanto coisas verdadeiras e falsas, assim como um cortar verdadeiro, que realiza a natureza do cortar, e um falso, que não a realiza. O cortar falso, apesar de existir enquanto ‘cortar’, mostra-se inútil e, por essa razão pode ser dito falso¹⁰. De forma que nas coisas existentes, junto com a verdade surge também a possibilidade da falsidade, da não realização de sua essência. A existência da falsidade é necessária para justificar uma situação em que a mudança das coisas não condiz com a estabilidade essencial.

As Formas das coisas

Na sequência do exame das ações, em 387d, trata-se do utensílio, uma coisa que serve para a realização de uma ação. E, por conseguinte, do fabricante do utensílio e do material do qual ele se serve para fabricá-lo. Como era de se esperar todas estas coisas têm uma essência que somente é adequada quando sua natureza é respeitada. É nesse contexto, em vista do utensílio, que a Forma ($\epsilon\tilde{\iota}\delta\omicron\zeta$)¹¹ aparece na discussão:

... olhando para onde o carpinteiro fabrica a carda? Ora, não é para aquilo que é por natureza para cardar? ... E caso a carda se quebre durante a fabricação, como vai fabricar outra? Olhando para a quebrada, ou para aquela Forma ($\epsilon\tilde{\iota}\delta\omicron\zeta$) segundo a qual também a quebrada fabricara? ... Não seria possível então com justiça chamá-la de carda em si ($\alpha\upsilon\tau\omicron\zeta$)? (389b)

A carda quebrada confirma a existência da falsidade. A diferença é que neste caso a relação por natureza não acontece entre coisa e essência, mas sim entre coisas e Forma, a coisa em

si¹². A relação entre ‘carda’ (adequada), ‘carda quebrada’ e ‘carda em si’ (Forma) é determinante. A carda quebrada e a adequada são coisas existentes, cuja diferenciação se dá pela realização ou não da sua essência (*οὐσία*). Ambas, como todas as cardas, as que já foram ou que ainda virão a ser fabricadas o serão a partir de uma mesma Forma (*εἶδος*), a da carda em si¹³, e, portanto, pertencem a uma mesma classe (*εἶδος*), a das cardas. Situação condizente com a declaração que se segue:

Então, quando fosse necessário fabricar uma carda para um tecido fino ou grosso, de linho ou lã, ou qualquer outro, em todas (cardas) seria preciso ter a Forma da carda, e, para que cada uma cumpra sua natureza da maneira mais bela, aplicar uma mesma natureza em cada trabalho? (389b)

A referência aos diferentes tipos de cardas a serem utilizadas em diferentes tipos de materiais parece ser introduzida mais para comprovar a unidade da Forma da carda do que para postular a existência de Formas-específicas-diferentes¹⁴. Toda classe de cardas compartilha a Forma (geral) da carda. Esta tentativa de determinar a relação entre os termos que aparecem no diálogo, assumindo a presença de uma Teoria das Formas, poderia ser esquematizada da seguinte maneira: todas as coisas têm uma essência (*οὐσία*), que é a materialização da Forma (*εἶδος*), a qual permite agrupar as coisas com tais essências (*οὐσία*) em uma mesma classe (*εἶδος*), a classe dos que têm aquela Forma (*εἶδος*)¹⁵. Se os utensílios apresentam particularidades, isso pode ser explicado em relação à natureza do material no qual serão usados, que, como se viu, também deve ser respeitada¹⁶.

A função das coisas

Se existe tanto alguma variação nas coisas de acordo com a natureza das coisas com as quais elas se relacionam quanto a possibilidade da não realização de suas essências, ou seja, a existência da especificidade e da falsidade, surge então o problema de se determinar a Forma. A solução sugerida no *Crátilo* residiria na consideração da função (*ἔργον*)¹⁷ enquanto caminho empírico para se chegar à Forma. Se uma coisa (ação ou utensílio) cumpre sua função¹⁸, seguiu sua natureza (reali-

9. A proposta é não precisar uma distinção aos vários termos que são utilizados indistintamente por Platão para qualificar a adequação, como correto e incorreto (395d), verdadeiro e falso (430d), e até mesmo bom/ belo e mau (433c8).

10. Nesse caso o exemplo é de uma ação, mas o mesmo raciocínio poderia se aplicar a qualquer coisa. Como se observa no exemplo da aberração em 394d, em que se tem o caso de uma vaca que, contra sua natureza, pare um potro. Esse exemplo gera uma dificuldade, pois poderia se argumentar que o potro não realiza a essência do bezerro, mas realiza aquela do potro. Portanto ele não seria um bezerro falso, mas sim um potro verdadeiro. O que impede a existência da falsidade. Mas pelo tratamento dado a outros casos como o de uma carda quebrada, ou de um corte errado, não parece haver nenhuma possibilidade de uma outra essência realizada. Eles seriam simplesmente falsos.

11. Por ‘Forma’ (*εἶδος*): onde a opção pela maiúscula tem o intuito de deixar claro que o termo é usado em seu sentido específico da teoria platônica) entende-se algo suficientemente transcendente para não estar sujeito a mudança, e suficientemente imanente para ser realizado na essência das coisas que cumprem sua função. Se uma tal estabilidade é imanente está além dos sentidos e dos particulares, se é transcendente está ao alcance do intelecto nos universais, a classe de particulares.

12. A expressão ‘carda em si’ parece deixar claro que se trata da Forma (*εἶδος*) em sua acepção própria à hipótese das formas Cf. *República* 596b. Mas o uso anterior de *εἶδος* na já citada passagem 386e como ‘tipo, classe, espécie’ também parece ser importante para esclarecer o entendimento das Formas neste diálogo, como se vê na sequência.

13. Portanto a diferença entre falso e verdadeiro não é aquela de um falso paradigma, mas sim a da má realização provinda de um paradigma adequado. Isso pode não ser suficiente para, como na *República* ou no *Fédon*, garantir a transcendência da Forma, mas pelo menos garante alguma diferenciação de níveis de realidade entre as coisas e suas Formas como na análise de Vlastos: “the grounds on which sensible particulars are judged to be less real than their respective Forms coincide very largely (...) with those categorical features which disqualify them for serving as objects of a certain kind of knowledge. (...) Nothing can qualify as a cognoscendum for this purpose if it is concrete, temporal, spatial, and caught in chains of physical causation - if it is cluttered up with contingent characters.” (Vlastos In Bambrough, R. (Ed.), *New essays on Plato and Aristotle*, Nova Iorque, 1965 p.17) O problema do conhecimento será tratado mais adiante por enquanto o que se tenta estabelecer é a diferenciação entre aquilo que comporta a possibilidade de mudança,

zou sua essência). Logo, se várias coisas (uma classe) cumprem uma mesma função, chega-se à Forma que elas compartilham. Se algumas destas coisas não cumprem bem sua função, o problema está na sua essência e não na Forma. Veja-se, por exemplo, o que acontece no caso da carda apresentado em 388a: ‘E se eu te perguntasse que tipo de utensílio é a carda? Não é aquele com o qual cardamos? (...) E que fazemos quando cardamos? Não distinguimos a trama e os fios entrelaçados?’ A função da carda é cardar, e cardar é distinguir as tramas. Uma boa carda, portanto, será aquela que distingue bem as tramas, respeitando a natureza de cada tecido. Prova disso é a subsequente valoração do tecelão que usa a carda, e não do carpinteiro que a fabrica, como um verificador competente de sua adequação. Em 390b Sócrates¹⁹ pergunta: ‘Quem então é o que conhece se a Forma conveniente da carda está presente em alguma peça de madeira? Quem a fabricou, o carpinteiro, ou quem a usa, o tecelão?’ O carpinteiro fabrica uma carda, mas é o tecelão, no ato de cardar, que pode verificar se ela funciona bem, se cumpre sua natureza que é distinguir as tramas. O funcionamento é o de cada carda em cada tecido, mas é uma só e a mesma a Forma que possibilita a distinção das tramas.

Conclusões da etapa ontológica da investigação

Os termos cuja relação define o estatuto ontológico das coisas no *Crátilo* poderiam ser os seguintes. A adequação é o que admite a mudança e implica na verdade ou falsidade de uma coisa existente segundo a realização ou não de sua essência. A Forma é o que fornece à coisa e sua essência a estabilidade necessária que falta aos particulares, além de ser o que permite seu agrupamento em classes. A relação entre essência da coisa e Forma é natural. Já a função de uma coisa é aquilo cuja realização permite determinar a Forma estável sempre verdadeira a partir do particular instável, caso este realize sua essência natural.

Além desse esquema geral que funcionaria para todas as coisas, ficariam também estabelecidos dois tipos mais específicos de coisas: as ações e os utensílios. Enquanto coisas, ambos estão sujeitos à adequação, têm uma Forma e devem cumprir uma função. A especificidade se assenta no fato de algumas ações serem realizadas por agentes utilizando utensílios. Seu funcionamento depende de que em todas estas etapas seja rea-

lizada a natureza de todos os termos. Determinado este quadro geral pode-se passar ao exame de uma ação específica, o nomear, e de seu utensílio, o nome, para verificar suas propriedades.

O ESTATUTO ONTOLÓGICO DADO AOS NOMES NO *CRÁTILLO*

Se o tratamento dos nomes se assemelha àquele das coisas, ambos devem apresentar a mesma relação entre adequação, Forma e função. É o que se verifica ao longo do diálogo. O nomear é uma ação, e uma ação é uma coisa (386e), o nomear tem então uma adequação por natureza (387a), uma Forma (390a) e uma função (388b). Mais especificamente, o nomear é uma ação em relação às coisas existentes (387c) que precisa de um utensílio para ser realizada (387e). Esse utensílio é o nome (388a), que também é uma coisa, e, portanto possui adequação (390e), Forma ('nome em si', em 389d; 'Forma do nome', em 390a) e função (388b).

A adequação dos nomes

A comparação entre a refutação das teorias ontológicas de Protágoras e Eutidemo e das linguísticas, o convencionalismo de Hermógenes e o naturalismo de Crátilo, evidencia ainda mais a semelhança de tratamento. O naturalismo é definido logo no início quando Hermógenes diz que Crátilo, portanto em uma perspectiva naturalista, afirmaria 'existir uma adequação natural dos nomes para cada coisa que existe por natureza' (383a). Um pouco mais adiante Hermógenes apresenta seu convencionalismo: 'Não posso me convencer que a adequação do nome seja algo diferente de convenção e consenso, porque me parece que se alguém coloca um nome em algo este é o adequado' (384d). De modo que a posição convencionalista parece levar a um "protagorismo" em relação aos nomes, no qual cada um, segundo sua opinião, poderia nomear qualquer coisa com qualquer nome. Por outro lado, a posição naturalista daria aos nomes a mesma condição imutável, eterna e única que Eutidemo atribuíra às coisas. Nenhuma dessas posições condiz com o que se observa nem no mundo, nem na linguagem. No que diz respeito ao mundo, o exemplo foi o da existência de homens bons e maus em acordo não com sua

portanto de verdade e de falsidade, no caso as coisas e suas essências, e aquilo que permanece sempre verdadeiro, as Formas. Por exemplo, uma carda podia realizar sua essência até se desgastar a ponto de ser inutilizável, porém, sua Forma segue sempre verdadeira e útil, e é segundo ela que se deve fabricar uma nova carda.

14. Calvert propõe que se distinga natureza e Forma: "In other words, the notion seems to be that while all shuttles have the same *eidos* they do not all have the same *physin*. The *physin* of the shuttle made for weaving thick woollen garments is different from the *physin* of that made for weaving those of light linen material." (Calvert, B, Forms and Flux in Plato's *Cratylus*, *Phronesis* 15, 26–47, 1970 p.27). Já Gold acha que "for the Plato of the *Cratylus*, there are specific Forms under the common generic Form, The Shuttle Itself, e.g. The Forms, The Shuttle-Appropriate-for-Fine linen, The Shuttle-Appropriate-for-Thick Wool" (Gold, J, The Ambiguity of Name in Plato's *Cratylus*, *Philosophical Studies* 34, 223–51, 1978 p.233) O que aqui se propõe como hipótese interpretativa a ser examinada é usar a relação entre Forma e essência para esclarecer a relação entre a coisa e classe. A essência está em cada coisa, enquanto que a Forma está em toda classe. O estatuto da Forma é tão ambíguo quanto o da classe. Não seria uma coisa existente, mas também não seria transcendente. A função

está na Forma e pode ser realizada na essência ou não, de forma que a coisa pode ser falsa ou verdadeira.

15. Esta proposta assume alguma presença da Teoria das Formas no *Crátilo*, o que parece legitimado por várias das ocorrências de *eidōs* e *autōs* no diálogo. Assim a Forma da carca no *Crátilo* teria alguma semelhança com a Forma da cama na *República* 596b. Porém, ao assumir uma ligação natural entre a essência da coisa e sua Forma, a presente leitura se posicionaria junto com aqueles que reconhecem uma Teoria das Formas ainda anterior a separação total entre Forma e objeto sensível que, segundo Aristóteles, marcaria a diferença entre o pensamento de Sócrates e o de Platão. Para um tratamento cuidadoso da questão ver Luce que, durante o seu exame, apresenta e cita os seguintes estudiosos defensores de cada uma das posições: “Lutoslawski, *Origin of Plato’s Logic*, pp.220-233: e.g. ‘The theory of ideas is only prepared in the *Cratylus*, not yet formulated’ (p. 225). Grube, *Plato’s Thought*, pp.13-15, and Ross, *Plato’s Theory of Ideas*, pp.18-21, also emphasise the importance of the *Cratylus* in the development of Plato’s metaphysics. Contra, naturally, Shorey, e.g., *What Plato Said*, p.267: ‘The *Cratylus* confirms the unity of Plato’s thought by the distinct affirmation and the distinctive terminology of the theory of ideas...

própria opinião mas com sua inconstante sensatez. Analogamente, não se pode, segundo uma opinião própria, usar qualquer nome para qualquer coisa em qualquer situação, pois isso levaria a uma situação onde cada um é o falante único do seu próprio idioma. Tampouco é o caso que cada coisa tenha um mesmo nome eternamente e para todos os falantes, pois isso implicaria num idioma universal e estático.

Se a solução do problema é a mesma para os nomes como foi para as coisas, seria preciso então, antes de tudo, aceitar a possibilidade da sua falsidade. Isso é feito em 387d: “Não é preciso também segundo a natureza das coisas nomear, e ser nomeado com algo? (...) Assim realizaríamos algo e nomearíamos, mas não diferentemente?” Portanto os nomes têm uma adequação natural com sua Forma (contra Protágoras e o convencionalismo), porém nem todos eles cumprem necessariamente sua natureza (contra Eutidemo e o naturalismo). Assim, também no caso dos nomes, existem uns verdadeiros e outros falsos²⁰, sendo sua verdade dependente da Forma. Um nome não é verdadeiro ou falso por ser comparado com a coisa que ele nomeia. Sua verdade e falsidade seria análoga àquela das coisas, ou seja, dependeria dele realizar ou não sua natureza.

A Forma dos nomes

Como se viu, um meio de acesso à Forma é aquele que parte da função que todas as coisas de uma classe devem tentar realizar. No *Crátilo* Sócrates diz o seguinte acerca da função dos nomes: “o que fazemos ao nomearmos com um nome, sendo este um utensílio? (...) Não informamos algo uns aos outros e distinguimos o que as coisas têm? (...) O nome, então, é um tipo de utensílio informativo e distintivo da essência (...).’ (388b). Portanto um nome e o nomear²¹ adequados têm por função distinguir e informar sobre a essência da coisa nomeada. Se, como indicou a investigação ontológica, essa essência é a realização da Forma compartilhada por todos o que pertencem a uma mesma classe, tem-se que o nome no *Crátilo* não se refere a um particular. O que condiz com a seguinte situação apresentada em 393c: “Se um cavalo gera, contra a natureza, um bezerro, prole bovina por natureza, não deve ser chamado potro, mas sim bezerro.” E ainda em 394a: “a cada geração nascerá uma diferente prole similar, caso não nasça

uma aberração. É preciso então chamá-los com os mesmos nomes.” Assim, se o potro não realiza a essência/ natureza do cavalo seu nome deve ser outro. Por outro lado, todos aqueles que a realizam devem ter o mesmo nome. O compartilhamento de um nome portanto indicaria a participação em uma classe, e a realização de sua essência²². Então como tanto a definição da classe a partir da função quanto a realização da essência dependem da Forma, um nome deve se referir não a coisa (mutante), nem a sua essência (realizada ou não), e nem mesmo à sua classe (de cuja a extensão seria mutante), mas sim à Forma (estável) da coisa²³. De modo que o nome da coisa, assim como a coisa na sua existência efêmera, estaria em relação natural com a Forma (da coisa)²⁴. Definida esta relação convém analisar o modo como o nome realiza sua função de distinguir e informar²⁵. Em 422C, Sócrates diz ser “única a adequação de todo nome, primário ou derivado, e nenhum deles se diferencia nisso, no fato de ser um nome’. Nessa passagem aparece uma distinção entre dois tipos de nomes, os derivados, aqueles compostos de raízes de outros nomes e os primários, dos quais as raízes compõem os derivados. Apesar disso, como no caso dos diferentes tipos de carda, seja para linho ou para lã, a função de um nome, dependente da sua Forma, deve ser comum a todos os nomes. Com esta condição em mente convém verificar as possíveis funções examinadas no diálogo.

A função dos nomes

Uma das hipóteses é a naturalista, segundo a qual o nome funciona informando a essência da coisa através de seu conteúdo descritivo. Sócrates passa grande parte do diálogo examinando o conteúdo descritivo de vários nomes²⁶. Tal qual um tecelão cardando com diferentes cardas, o dialético estaria usando vários nomes para buscar a sua Forma. Porém a hipótese descritiva acaba refutada, pois a impossibilidade de sua aplicação aos nomes primários favorece uma abordagem convencional. O raciocínio pode ser resumido como se segue. A descrição do nomes secundários é explicada pelos primários²⁷. Então os primários também deveriam ser assim explicados. Como não há neles raízes de outros nomes, a única alternativa é que sua explicação caiba às letras²⁸. Entretanto isso é negado partir do contraexemplo do termo *σκληρότης*

It is quite fantastic, for example, to maintain... that in the Cratylus he still only dreams of the doctrine, or is thinking of concepts, not ideas; and that in the Phaedo at last the theory is fully developed...” Luce, J.V., “The Theory of Ideas in the Cratylus”, *Phronesis* 10, 21–36, 1965 p.21, n.2

16. Englobando as variações, para linho, carda mais fina, para lã, mais grossa, mas sempre baseado na mesma Forma. Se alguém quiser cardar um novo tipo de tecido deve olhar a Forma da carda e adaptá-la à natureza do material a ser cardado

17. Por ‘função’ (*ἔργον*: ‘uso’, ‘utilidade’, ‘obra’, ‘funcionamento’) entende-se a realização da natureza essencial de uma coisa, aquilo que ela faz melhor do que qualquer outra coisa.

18. Na *República*, em 353, Sócrates fala o seguinte sobre a função: “a função de cada coisa seria o que apenas ela, ou ela melhor do que qualquer outra coisa, pode realizar”.

19. O mesmo ocorre na *República*, 601c: “então o pintor saberia o que é preciso acerca do bocado e da rédea? Tampouco quem os fez, o ferreiro ou o seleiro, saberia isto, mas apenas aquele que sabe utilizá-los, o cavaleiro”.

20. Como foi dito a adequação é tratada aqui abarcando uma indistinção entre o uso de correto e incorreto, verdadeiro e falso, e bom/ belo e mau. No caso dos nomes

tentativas foram feitas para distinguir seu uso. Por exemplo Fine tenta negar uma verdade e falsidade nos nomes e afirmar antes sua correteza e incorreteza, mas para isso tem que lidar com 385b-d (cf. Metodologia e o problema do estabelecimento do texto) onde os nomes são ditos verdadeiros e falsos. “Plato’s talk of truth in assignments suggests he means, not that names are true and false in the same way as sentences are, (...) but rather that names are true or false of things and can be rightly or wrongly applied to them”. Fine, G, Plato on Naming, *Philosophical Quarterly* 27, 290–301, 1977 p.295. Segundo a leitura desenvolvida aqui os nomes realmente não seriam verdadeiros nem falsos como as sentenças, mas tampouco o seriam ‘das coisas’. Eles seriam antes nomes verdadeiros e incorretos *como as coisas* (pois eles são coisas) o que seria o mesmo que dizer que eles são corretos ou incorretos.

21. Uma vez esclarecida a diferença entre ação e utensílio, nesse caso entre nomear e nome, bem como a semelhança de sua função (semelhança, não igualdade, uma vez que não têm uma mesma Forma), os argumentos seguintes não contemplarão sempre os dois casos. Também não será distinguida a diferença entre o nomear/ dar um nome e o nomear/ usar um nome.

22. Situação reforçada pela recusa de Sócrates em tratar dos nomes próprios em 397b: “Parece-me mais útil deixar estes (nomes de heróis e homens) de lado,

que funciona perfeitamente para significar ‘dureza’, mas tem a letra ‘l’ cujo som indicaria ‘moleza’. Diante disso Sócrates pergunta: “não compreendemos uns aos outros quando alguém diz *σκληρόν* (duro)? Você não entende agora o que eu digo?” Crátilo responde: “Eu sim, mas por costume meu amigo.” Ao que Sócrates retruca: “dizendo costume acha que diz algo diferente de convenção?” (434e). Crátilo se vê então obrigado a aceitar o caráter convencional dessa relação entre o conteúdo descritivo e a essência dos nomes. Isso levaria a uma posição ‘protagórica’ pois a relação entre a descrição dos nomes e sua essência se basearia na opinião dos homens. Trata-se então de uma refutação não ao naturalismo, mas sim à dependência que uma posição naturalista como a de Crátilo tem de uma relação convencional. Para defender uma adequação natural dos nomes, segundo a qual sua verdade restaria independente das opiniões humanas, Sócrates deve mostrar então uma ligação natural entre nome e a Forma da coisa também independente de qualquer conteúdo descritivo²⁹. Portanto a natureza do nome não pode ser descritiva e, se ele informa, não o faz através do seu conteúdo descritivo.

A suposta segunda função do nome, a distintiva, também se relacionaria com a essência das coisas. É preciso então primeiro verificar de quê se distinguiria a essência. Se a distinção fosse entre a essência e coisa, quem usa o nome ‘cavalo’ distinguiria a essência do cavalo da coisa cavalo, o que não faz muito sentido. Se a distinção é entre uma essência e outra, surgem duas possibilidades: ou bem se trataria de uma distinção de essências nos particulares, a essência desse cavalo distinguida da essência daquele cavalo, o que não se adequaria ao modelo da prole por natureza do cavalo; ou bem a distinção seria entre classes de coisas e a essência de cavalo seria reconhecida em todos os pertencentes dessa classe distintamente da essência de boi ou qualquer outra coisa identificada nos pertencentes de outra classe. Esta última opção se adequaria a situação descrita nas citações acima (393b, 393c, 394a). Assim um nome funcionaria distinguindo uma classe composta de coisas cujas essências realizadas seguem uma mesma Forma. Essa distinção repousaria na informação dada pelo uso do nome. Então, quem diz cavalo, informa que distinguiu aquilo a que nomeou como uma coisa cuja essência realizada está em acordo com a Forma compartilhada pela classe cavalo. Isso permitiria a condensação das funções do nome em um tipo de

distinção informativa da essência³⁰. Seria essa, então, a função do nome que faria referência a algo sem imitá-lo³¹.

IMPLICAÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS ONTOLÓGICOS APLICADOS AOS NOMES NO *CRÁTILLO*

Definida a função do nome, deveria ser possível alcançar sua Forma, que não deve, portanto, depender do seu conteúdo descritivo. Isso parece ser confirmado no passo 389d quando Sócrates refuta o convencionalismo de Hermógenes afirmando a necessidade de uma ligação natural entre o nome e a coisa, e negando a necessidade de se usar os mesmos sons e sílabas:

Mas se cada nomeador não usa as mesmas sílabas, não é preciso discutir sobre isso. Pois tampouco todo ferreiro usa o mesmo ferro quando precisa fazer um mesmo utensílio para um mesmo fim. De qualquer maneira, se colocou a mesma Forma, mesmo com outro ferro, igualmente adequado será o utensílio.

A Forma parece ser o que garante a adequação. A ligação natural não se daria, então, pelas sílabas e sons, mas sim pela Forma do nome, do mesmo modo que um ferreiro pode usar ferros diferentes para repetir a Forma e fabricar uma carda com a mesma função de outra carda. A relação da Forma do nome com a Forma da coisa seria natural, já que a função do nome é distinguir-informando a Forma da coisa. Assim sendo, também através da função seria possível alcançar a Forma do nome. Mas se o nome é uma coisa, a relação natural entre a coisa e a Forma da coisa seria a mesma existente entre o nome e a Forma do nome. Mas, além disso, o nome é um utensílio, como uma carda, ou seja, é uma coisa em relação com outra coisa. Mais precisamente, sua relação com a outra coisa seria representativa, como entre uma pintura e a coisa pintada. Mas de modo diverso do que ocorre com a pintura, sua representação não é pela imitação da coisa como ela é percebida superficialmente, mas antes como uma distinção-informativa da Forma da coisa. O esquema seria então algo como sugere a figura abaixo onde as setas apontam uma relação natural:

assim será mais razoável descobrir a atribuição adequada (dos nomes) das coisas que são sempre e por natureza⁹. As coisas que são por natureza são as que realizam sua essência, e as que são sempre são as Formas. Isto reforça uma concepção na qual o nome não está em relação nem com um particular no mundo, nem com a classe desses particulares, mas antes com a Forma por eles compartilhada.

23. O que se assemelha à opinião de Ketchum: “the Proper Forms of name can be understood as the meanings of words. Some of the things we say about meanings, e.g., that they change and that some words have many of them, are not thought by Plato to be true of the Proper Forms of name” Ketchum, R., Names, Forms and Conventionalism, *Phronesis* 24, 133–147 1979 p.140

24. A diferenciação entre nominalista e realista não se encaixa bem no esquema do *Crátilo*. Os nomes não se referem às coisas, mas isso não quer dizer que eles se refiram a palavras ou a entidades abstratas. Pelo contrário, eles se referem às Formas, que teriam um nível maior de realidade que as coisas.

25. Cf. Thomas, ‘there is some question about the number of basic tasks assigned to names. Does Socrates mean to identify one task (distinguishing by revealing) or two (distinguishing and also revealing)?’ Thomas, C., *Inquiry Without Names* in

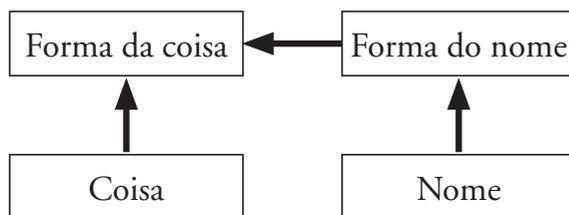
Plato's Cratylus, *Journal of the History of Philosophy*, 46, 3 341-64, 2008 p.344

26. Mesmo considerada risível em 425d a hipótese é investigada.

27. Por exemplo em 437a ἐπιστήμη derivaria do verbo ἵστημι (fixar) e significaria "o que fixa nossa alma nas coisas"

28. É a posição segundo a qual Platão trataria os nomes como 'pequenas frases descritivas'. Ele parece sim tratá-las assim, principalmente na chamada parte etimológica. Mas depois de s examinado Sócrates refuta esse funcionamento, uma vez que a verdade e falsidade dessa descrição (que se verá convencional) não interfere na relação natural entre o nome e a Forma da coisa. Barney denomina a parte etimológica um discurso agonístico: "the etymologies are to be understood as a triumphant display of competitive skill, in which Socrates beats the practitioners of strong etymology at their own game." Barney, R, *Names and Nature in Plato's Cratylus*. Londres, 2001, p.57

29. Isto explicaria porque Sócrates passa a maior parte do diálogo refutando as etimologias. Seu ataque às etimologias e ao convencionalismo faria parte da estratégia de propor um novo e mais plausível tipo de naturalismo.



A partir desta relação seria então possível abordar o problema do conhecimento levantado por Sócrates no final do diálogo. Além de Protágoras e de Eutidemo, ao longo do diálogo, mas mais explicitamente no fim, ainda uma outra posição é examinada, desta vez em relação direta com o problema do conhecimento. Trata-se da suposta teoria de Heráclito segundo a qual todas as coisas no mundo estariam em fluxo eterno. Em 440ab Sócrates diz:

Mas Crátilo, não pareceria razoável existir nenhum conhecimento se todas as coisas mudam e nada permanece. Pois se o próprio conhecimento do conhecimento existir, este não muda e permanece sempre conhecimento, e assim existiria conhecimento. Mas se também a Forma em si do conhecimento muda, instantaneamente mudaria para outra Forma do conhecimento, e assim não existiria conhecimento. Pois se muda sempre, nunca existiria conhecimento. Ainda segundo este raciocínio, nem o que conhece nem o que é conhecido existiriam.

O encadeamento das condicionais é revelador. Primeiramente, a estabilidade é condição de existência: se existe conhecimento (e existe), ele não muda³². Em seguida, essa mesma condição é aplicada à Forma: se o conhecimento existe é uma coisa, se é uma coisa tem uma Forma em si, se tem uma Forma tampouco esta poderia mudar, pois se mudasse acabaria com sua existência. De modo que o fluxo eterno impediria não só o conhecimento, mas também a existência das coisas. Assim se manifesta a discordância de Sócrates com a teoria de Heráclito, o que não implicaria em negar às coisas existentes algum tipo de mudança. Isso fica mais claro em outro exemplo apresentado, o da beleza em si e da beleza no rosto: 'Investiguemos, então, aquilo que é em si. Não se algum rosto é belo ou algo do gênero, pois todas estas coisas parecem fluir. Pensemos antes no em si,

o belo em si não existe sempre assim como ele é?' (439d). Logo, a mudança é perceptível e existe, mas seu objeto não é o mesmo daquele do conhecimento. Este busca antes a estabilidade que permite a existência do que se percebe mudando. Ou seja, a Forma, realizada na essência de cada coisa existente caso siga a natureza. De qualquer maneira, sendo o *Crátilo* um diálogo sobre os nomes, também no caso do conhecimento o exame do aspecto ontológico é breve e tem por objetivo esclarecer o linguístico. O conhecimento através dos nomes é criticado, mas, como foi visto na determinação da função do nome, a crítica diria respeito ao uso de seu conteúdo descritivo para o conhecimento, de modo que o seu uso baseado na sua função distinção-informativa natural não seria condenado³³. Sócrates não proporia uma investigação empírica independente da linguagem, mas antes defenderia o uso adequado (não descritivo) dos nomes em sua relação natural com as coisas, o que permitiria agrupá-las numa investigação dialética a fim de alcançar a estabilidade que possibilitaria o conhecimento³⁴.

CONCLUSÃO

Uma certa concepção da chamada Teoria das Formas utilizada para entender o estatuto das coisas no mundo, seu caráter mutável, sua essência e sua relação com a Forma fixa parece figurar no fundo da argumentação do *Crátilo*. O entendimento dos termos desta relação parece se encaixar na concepção acerca dos nomes (e da linguagem) que vai se formando ao longo da discussão dialética desenvolvida no diálogo. Assim, a posição ontológica de Sócrates construída a partir da negação das teorias de Protágoras e Eutidemo poderia fornecer uma chave interpretativa interessante para a compreensão da investigação linguística que se constrói negando o naturalismo de *Crátilo* e o convencionalismo de Hermógenes.

O artigo almejou mostrar que assim como as coisas os nomes têm uma essência e uma ligação natural com a sua Forma. É deste jeito, como qualquer outra coisa no mundo, que um nome pode ser verdadeiro ou falso. Se ele realiza sua essência é verdadeiro, se não o faz, assim como um potro nascido de uma vaca, é falso. Para verificar se uma coisa realiza sua essência é preciso ver se ela cumpre sua função. Para determinar a função

30. Nesse sentido a função do nome seria sim algo predicativa. Dizer 'cavalo' é predicar de uma coisa que ela é pertencente a uma classe. Sempre lembrando que a verificação de sua adequação não se dá através da comparação com o particular observado no mundo, mas sim pela sua Forma. Entretanto o nome não informa acerca da Forma, apenas se refere a ela.

31. Confirmando a negação de uma função descritiva dos nomes, em 423d, após negar que os nomes das coisas tenham uma origem onomatopaica, Sócrates diz que a onomástica não seria uma arte imitativa como a música ou a pintura.

32. A afirmação de que o conhecimento é conhecimento do que não muda é um lugar comum nos diálogos de Platão (como, por exemplo, em *Charm*, 165d-176a; *Lach*, 198d). Já no *Teeteto*, a possibilidade do conhecimento ser percepção (outra vez contra Protágoras) remete a um mundo em fluxo eterno (a percepção imediata é sempre verdadeira, mas não pode ser fixada para se comparar com a anterior ou a seguinte). Em vista do *Teeteto*, Seddley conclui: "Hence the upshot of Socrates' refutation of the flux thesis is that, if as the perceptual theory requires there is literally nothing stable, there is nothing about which one's dialectical answer could hold true, and hence in particular there are no definitions." Sedley, D. *The Midwife of Platonism: Text and Subtext in Plato's Theaetetus*. Oxford, 2002 p.98-99. Ou

seja, sem estabilidade não há dialética nem se alcança a definição. A definição, o significado, é a estabilidade de um objeto (existente) e, ao mesmo tempo, o objeto do conhecimento. É isso que o nome distingue (mas não descreve). É isso que a essência da coisa realiza. É isso que se pode alcançar, quando se examina não os nomes, mas as funções das coisas cujas essências realizadas permitem a formação de uma classe.

33. 439b: “é preciso investigar e compreender as coisas muito mais a partir delas mesmas do que dos nomes.” A leitura proposta consiste numa prescrição de que se deve investigar a partir das coisas, utilizando os nomes (como referentes e não descrições) para se alcançar as Formas. Pois tanto os nomes quanto as coisas contêm a possibilidade de falsidade interdita ao conhecimento.

34. “some commentators see evidence that Plato is recommending direct, nonlinguistic cognitive access to the objects of inquiry. another takes Plato to suggest simply that inquirers rely on first-hand experience in addition to instruction from experts. (...) I defend a transcendental model. The preferred sort of inquiry is dialectical investigation into the metaphysical preconditions on the possibility of language or inquiry or knowledge or even being.” Thomas, C., *Inquiry Without Names in Plato's Cratylus*, *Journal of the History of Philosophy*, 46,

de um nome é preciso ter em mente uma particularidade sua. Um nome é um instrumento, ou seja, uma coisa que funciona em relação a outras. Assim como uma carda funciona em relação aos tecidos que ela carda também o nome funciona em relação às coisas que ele nomeia. É nesta medida que um nome estaria em relação com a Forma das coisas por ele nomeadas. Porém isto não implica que sua função seja informar acerca da Forma das coisas nomeadas como defende Crátilo. No diálogo fica claro, contra a posição naturalista, que a relação entre nome e coisa nomeada não permite que o nome informe sobre a essência do que ele nomeia já que sua capacidade descritiva é apenas convencional. O que um nome descreve é apenas a opinião do homem acerca das coisas, o que pode mudar de acordo com quem o interpreta. Descartada a função epistemológica do nome lhe resta, no que concerne o conhecimento do que não muda, apenas a função informativa distintiva. Quem usa um nome apenas distingue algo a que está se referindo, o que é importante para poder gerar uma discussão dialética acerca da coisa nomeada, mas que não dá qualquer informação acerca da essência desta mesma coisa.

3 341-64, 2008 p.341-342. O modelo aqui apresentado se aproximaria da opinião da autora ao negar a investigação pelo ‘acesso direto não-linguístico ao objeto do conhecimento’. Por outro lado parece haver sim uma preferência pela ‘experiência direta’ em oposição às opiniões dos outros. Além disso não se chega a ponto de garantir ser a investigação metafísica, talvez apenas apenas meta-estética, uma vez que busca algo além do percebido pelos sentidos (*αἴσθημα*). O motivo da prudência é que a essência é a realização natural da Forma na coisa.